



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0505554-24.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Prefeitura Municipal de São Carlos**
 Requerido: **Contasp Servicos Especializados Sc Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Por intermédio de exceção de pré-executividade (fls.32/58), alega a executada **CONTASP SERVICOS ESPECIALIZADOS SC LTDA**, nos autos da execução que lhe move **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS** (a) nulidade da CDA diante de enquadramento diverso daquele em que inscrito o contribuinte; (b) prescrição; (c) decadência.

Em impugnação a embargada refutou os argumentos (fls. 75/86).

Não houve réplica.

É O BREVE RELATO.

A exceção de pré-executividade deve ser conhecida, pois alegada matéria de ordem pública, cognoscível *ex officio* pelo juiz – nulidade da CDA, prescrição/decadência.

Nulidade das CDA's.

São exigências do art. 202 do CTN c/c art. 2º, §§ 5º e 6º da LEF: nome e endereço do devedor e eventuais co-responsáveis; valor originário da dívida; maneira de calcular a atualização monetária, os juros moratórios e os demais encargos; termo inicial da atualização monetária, dos juros moratórios e dos demais encargos; valor atual da dívida; origem e natureza do crédito; fundamento legal do crédito, mencionada especificamente a disposição de lei; fundamento legal da atualização monetária; data da inscrição em dívida ativa, e ainda o livro e folha de inscrição; número do eventual processo administrativo que originou o crédito.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

As CDAs de fls. 03/12 preenchem quase todos os requisitos, entretanto, contem vício que prejudica, potencialmente, a defesa da executada, qual seja, a indicação da legislação municipal incorreta para a cobrança das taxas em questão.

Vemos às fls. 78 dos autos que o fundamento legal, segundo a própria excipiente, para a cobrança discutida nestes autos, é a Lei Municipal nº 13.102/02, e não a Lei Municipal nº 5.495/66, indicadas nas CDAs.

Tal vício é relevante, pois as CDA's mencionam legislação inaplicável.

Isso pode dificultar, ainda que potencialmente, a defesa da executada.

Há que se proclamar a nulidade *ex officio*.

Veja-se:

APELAÇÃO Execução Fiscal IPTU e Taxa de Serviço Público dos exercícios de 1996 a 1999 Sentença que extinguiu o feito por falta de interesse de agir, considerando o valor irrisório dos créditos tributários cobrados Inadmissibilidade Exame dos autos que determinou o reconhecimento de ofício da ilegitimidade passiva ad causam - Ação ajuizada contra devedor falecido e após a realização de partilha - Vedada a alteração do polo passivo da ação - Súmula 392 do STJ - Nulidade das CDA's em decorrência do não preenchimento dos requisitos legais (art. 202 do CTN e art. 2.º, §§ 5.º e 6.º da Lei n.º 6.830/1980)- Declaração, de ofício, da nulidade das CDA's, mantida a extinção da execução fiscal, mas com fundamento no art. 267, inciso VI c/c § 3.º, do CPC - Recurso prejudicado. (TJ-SP – APL 0003379-60.2001.8.26.0180, 18ª Câmara de Direito Público, Rel. Roberto Martins de Souza, j. 29/01/2015).

Ante o exposto, diante do reconhecimento, *ex officio*, da nulidade das CDA'S, **ACOLHO A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE** para julgar extinto o processo de execução fiscal sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, VI do CPC, **CONDENANDO** a excepta em custas e despesas de reembolso e honorários advocatícios arbitrados, por equidade, em R\$ 880,00.

PRIC.

São Carlos, 05 de fevereiro de 2016.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**